

MEMO-BIBLIO RESGATE HISTÓRICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

MEMO-BIBLIO A HISTORICAL RECONSTRUCTION OF THE HISTORY OF THE MOVEMENT OF STUDENTS OF LIBRARY SCIENCE IN BRAZIL

Jemima Marques de Oliveira¹
Maria de Lourdes Teixeira da Silva²

Resumo

Resgate da história do movimento estudantil no Brasil, a partir de sua própria documentação e da implantação no *Centro Acadêmico de Biblioteconomia* da *Universidade Federal da Paraíba* do *Centro de Documentação Histórica do Movimento Estudantil de Biblioteconomia* (CEDOC-BIBLIO) para preservação, tratamento e disseminação dos conjuntos documentais reunidos.

Palavras-chave

MOVIMENTO ESTUDANTIL – BRASIL
BIBLIOTECONOMIA
MEMÓRIA DOCUMENTAL

1 INTRODUÇÃO

O *Projeto Memo-Biblio, Resgate Histórico do Movimento Estudantil em Biblioteconomia*, com base em sua própria documentação, surgiu de nossas necessidades de informação como pesquisadoras e militantes em obter informações sobre esse movimento e da sua importância para a formação política de nossa categoria profissional. Na tentativa de reconstruir a sua história, a partir dos *Encontros Nacionais de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação* (ENEBDs), conseguimos reunir alguns documentos que possibilitaram identificar, embora de forma fragmentada, as datas, os temas debatidos, o

¹ Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal da Paraíba. Mestranda em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba

² Bibliotecária e ex-presidente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba; gestão 1996-1998

local e uma estimativa do número de participantes, cujos dados foram apresentados durante o XV ENEBD, em Aracaju – Sergipe, no ano de 1992.

Das dificuldades encontradas para reunir tais informações, surgiu a proposta de um centro de documentação para resgate e guarda dos conjuntos documentais resultantes não só dos ENEBDs como de entidades representativas dos estudantes. Para tanto, foi preciso reunir esses documentos, em local fixo e apropriado, o que foi possível face ao incentivo dos que compunham a *Executiva Nacional* e a *Secretaria Nacional dos Estudantes*, que aprovaram em reunião realizada na *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB), em dezembro de 1994, na cidade de João Pessoa, o *Projeto Memo-Biblio*. Apresentado pelo *Centro Acadêmico de Biblioteconomia* (CAB/UFPB) e coordenado por Jemima Marques de Oliveira do *Departamento de Biblioteconomia e Documentação* (DBD/ UFPB) visava a sediar, no referido Centro Acadêmico, os conjuntos documentais existentes sob a guarda da itinerante *Secretaria Nacional* e dos centros acadêmicos brasileiros, assim como os que viriam a ser produzidos por essas entidades e alunos.

Descrevemos, então, algumas linhas teóricas que permearam o desenvolvimento desse projeto, partindo do princípio de que a prática bibliotecária pauta-se na preservação e difusão da informação, sob qualquer forma documental. E se essa informação não está registrada ou não está acessível, é competência nossa prover os meios necessários para engendrar essa prática. A seguir, relatamos um pouco da história do movimento estudantil no Brasil e na biblioteconomia e a experiência do *Centro de Documentação Histórica do Movimento Estudantil de Biblioteconomia* (CEDOC-BIBLIO) como resultado desse projeto, delineando, ao final, a necessidade de ampliar as pesquisas sobre esse tipo de documentação e história, assim como do fortalecimento desse Centro.

2 O BIBLIOTECÁRIO E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Os fatos passados constituem a base e a referência, sobre a qual planejamos o futuro, enquanto seres humanos, histórico e social. Tal assertiva reveste-se de primordial importância quando somos os profissionais, cuja arte é “manter a memória do mundo”. Memória esta, que segundo Bosi é “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (1987, p.3). Nós, bibliotecários, sabemos o que significa “reunir todas as informações úteis (...) e organizar tudo de tal forma que seja possível achar a informação certa no momento certo” (SMITH, 1986, p. 11).

Para execução dessa tarefa, se antes predominavam os problemas lingüísticos, hoje, multiplicam-se os suportes e os canais de comunicação da informação. Esses fatos propiciam amplos debates sobre a verdadeira identidade da biblioteconomia - paradigmas, conceitos, interdisciplinaridade, objetos de estudo, cientificidade, formação profissional, campo de ação profissional - expressos tanto na literatura formal quanto em eventos - congressos, seminários, jornadas, reuniões, entre outros. A este respeito, Sánchez Gamboa (1997, p. 41), ao dissertar sobre a função das bibliotecas e do profissional bibliotecário frente à chamada revolução informacional, afirma que, cada vez mais, a participação da biblioteca torna-se imprescindível ao estocar informações

Cujo valor tem sido acumulado pela tradição cultural e selecionados segundo critérios de qualidade, visando à conservação da produção e da memória da humanidade e oferecendo valiosos subsídios para a formação das novas gerações e dos novos cidadãos do mundo.

E recorrendo às tecnologias da informação para automatizar as ferramentas existentes e utilizadas, os bibliotecários devem, principalmente, considerá-la como

uma poderosa arma de democratização das informações qualitativamente selecionadas que visam à acumulação das condições que tem gerado as grandes transformações da humanidade e propiciado a gestação e realização das revoluções que ao longo da história têm transformado as sociedades, motivadas pela busca de maiores níveis de liberdade e melhores condições de vida para maior número de cidadãos do mundo. A história das formações sociais assim o confirmam e seu registro, embora incompleto e segmentado encontra-se carregado de vida nas aparentes letras mortas das bibliotecas. (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997, p. 41).

Assim, o aproveitamento de todos os recursos tecnológicos existentes, apesar de suas limitações e das controvérsias geradas, é urgentemente necessário na tarefa de

Velar pela qualidade das informações, pela preservação dos registros da produção material e cultural da humanidade e pela memória das lutas dos povos na busca da superação das condições de escravidão, servilismo, exploração e exclusão da maioria dos homens. (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997, p. 42).

Mostafa (1996, p. 34), ao filosofar sobre a área da informação, chama a atenção para o fato de que mesmo que se fale na extinção da biblioteca e na inutilidade do bibliotecário diante da evolução tecnológica

A passagem do paradigma do documento para o paradigma da informação não dispensa a materialidade da informação. Se é verdade que pegamos o documento na mão, a informação voa. A informação voa, mais cedo ou tarde se plasma num documento, seja papel, CD ou disquete.

Nesse ponto, acrescente-se a dispersão dos assuntos e a multiplicação dos canais de comunicação, problemas emergentes que vêm gerando um novo tipo de documentação, chamada "*literatura cinzenta*" ou "*literatura subterrânea*" ou "*literatura não convencional*", como coloca Campello (1988, p.43).

Entretanto, preservar essa informação registrada implica em três condições essenciais: (1) que a informação exista; (2) que se tenha conhecimento dessa existência; (3) e que esteja disponível. Porém, historicamente, os setores populares têm dificuldades em documentar a sua prática de forma que seja possível acumular experiências que permitam utilização posterior e comunicar seu aprendizado social e político a outros grupos. A informação, como instrumento cotidiano para tomada de decisões e manutenção de sua história, só

recentemente passou a ser utilizada pelos setores populares. Essa tendência desenvolve-se, no Brasil, principalmente na década de 1980, com a abertura democrática do Estado brasileiro, quando vários campos iniciaram um difícil caminho de resgate de sua memória. Amparados em sua maior parte por *organizações não governamentais* (ONGs), vários centros de documentação têm contribuído, sobremaneira, para reunião, organização e disseminação da informação de grupos específicos.

Para nós, bibliotecários e documentalistas, que sempre preservamos a informação produzida pelos vencedores, é colocada a necessidade de reunir, preservar e disseminar também a informação produzida pelos vencidos, oprimidos e dominados, temática discutida por Abath (1996). Situamos a documentação como questão pontual das práticas sociais, porquanto ela é, para nós, importante instrumento de mudança social, ou, conforme documento elaborado pela *Comissão Evangélica Latino-Americana da Educação Cristã* (CELADEC, 1984, p. 2) sobre documentação popular

Em uma sociedade de classes a documentação é um produto social que normalmente se encontra separado da prática popular, seja porque o povo não tem acesso à documentação que contém a informação básica sobre a realidade econômica, social, política e cultural, seja porque o povo não traduz sua prática em documentos. [...] A documentação será, então, uma ferramenta para mudança social, na medida em que se consolida em uma informação de classe (entendendo-se a informação não somente dentro do campo de análise política, mas também dentro do campo da educação).

Assim, sendo a documentação instrumento de libertação necessário ao processo educacional, devemos proporcionar aos setores populares informação verdadeira e objetiva, que responda as suas necessidades e interesses, servindo para conscientizar e não para alienar. A prática documentária pode e deve converter a informação num dos instrumentos cotidianos de apoio à luta popular. Eis o desafio proposto: “Iniciar o rompimento do monopólio da informação e do conhecimento mantido pelos setores dominantes, colocando a informação e o conhecimento a serviço dos explorados e oprimidos” (CELADEC, 1984, p. 2). Sob tal perspectiva, acreditando ser o nosso tradicional fazer documentário (reunir e organizar para achar) essencial à democratização da informação, concordamos com Souza (1993, p. 23), quando afirma ser necessária “A participação conjunta e solidária do bibliotecário, da escola de biblioteconomia, do estudante de biblioteconomia na compreensão e transformação da realidade real (a realidade da prática) e não apenas o enclausuramento do discurso.”

3 ESTUDANTES FAZEM A HISTÓRIA

O movimento estudantil, embora não seja considerado um movimento popular, dada a origem dos sujeitos envolvidos, que, nos primórdios desse movimento, pertenciam, em sua maioria, a chamada classe pequeno burguesa, é um movimento de caráter social e de massa. É a expressão política das tensões que permeiam o sistema dependente como um todo e não apenas a expressão ideológica de uma classe ou visão de mundo.

Em 1967, no Brasil, sob a conjuntura da ditadura militar, esse movimento inicia um processo de reorganização, como a única força não institucionalizada de oposição política.

A história mostra como esse movimento constitui força auxiliar do processo de transformação social ao polarizar as tensões que se desencadearam no núcleo do sistema dependente.

Lembremos que, a partir de 1964, a realidade do capitalismo monopolista se revelou com predomínio na sociedade brasileira e o subdesenvolvimento passou a ser caracterizado como formação histórico-social típica do capitalismo dependente. Esse capitalismo dependente é formado por um quadro sócio-cultural definido por uma estrutura de classes singular, na medida em que é permeada pela situação de dependência. E é como dinâmica inerente às relações entre as classes, que surgem os conflitos sociais, que redefinem os limites entre as classes e o teor de suas relações.

O movimento estudantil é o produto social e a expressão política das tensões latentes e difusas na sociedade. Sua ação histórica e sociológica tem sido a de absorver e radicalizar tais tensões. Sua grande capacidade de organização e arregimentação foi capaz de colocar cem mil pessoas na rua, quando da *parada dos cem mil*, em 1968.

Ademais, a histórica resistência da *União Nacional dos Estudantes* (UNE), como entidade representativa dos estudantes, é exemplar. Concebida, em 1910, no *I Congresso Nacional de Estudantes*, em São Paulo, só em 1937 é efetivada sua fundação, coincidindo com a instauração da ditadura do Estado Novo. Esse surgimento sendo “fruto de uma tomada de consciência quanto a necessidade de organizar, em caráter permanente e nacional, a atuação política dos jovens brasileiros.” (JOVEM..., 1986, p.69).

Desde então, uma história de participação nos principais episódios políticos do Brasil tem decorrido, em campanhas aqui exemplificadas: contra o Estado Novo (1942); contra o eixo e a favor dos aliados (1943); “*o petróleo é nosso*” (1947); contra a internacionalização da Amazônia (1956/1958); pela criação de indústrias de base e reforma agrária (1958); de oposição ao regime militar (1964-1989); a favor da anistia (1979); “*diretas já*” (1984); contra a dívida externa (1986); por uma universidade pública e gratuita (1987); “*fora Collor*” (1993), entre muitas outras, demonstram como os estudantes foram se aproximando, cada vez mais, das lutas populares. Os *Centros de Cultura Popular* (CCP) da UNE também constituem exemplo dessa aproximação: “*os estudantes, jovens, intelectuais e artistas levaram a favelas e subúrbios, sindicatos e praças públicas de todo o país, um teatro de esclarecimento, protesto e denúncia*” (JOVEM..., 1986, p. 69).

Tudo isso, apesar da repressão política, intensifica-se com o golpe militar de 1964. A Lei Nº 4.464, de outubro de 1964, chamada *Lei Suplício de Lacerda*, elimina a UNE como representação nacional, limitando a representação estudantil ao âmbito de cada universidade. O Decreto-Lei Nº 252/67, em seu Artigo 2º, vetou a ação dos órgãos estudantis em qualquer manifestação político-partidária, social ou religiosa, bem como apoio a movimentos de grevistas e estudantes. Esse clima de controle, ameaça e insegurança individual atingiu todas as atividades relacionadas ao fazer educativo, principalmente com o conhecido Ato Institucional Nº 5 (AI - 5) que, em dezembro de 1968, retira do cidadão brasileiro todas as garantias individuais, públicas ou privadas, e

institui plenos poderes ao Presidente da República para atuar como Executivo e Legislativo. Ou ainda, com o Decreto-Lei Nº 477, de fevereiro de 1969, que proibia todo o corpo docente, discente e administrativo das escolas a qualquer manifestação de caráter político ou de contestação no interior das universidades.

Entretanto, reconstruída em 1979, já em setembro de 1980, mobiliza cerca de um milhão de estudantes, numa greve geral de três dias, exigindo a anistia (ampla, geral e irrestrita) dos exilados e presos políticos, e em 1981, 400 mil estudantes realizam greve nacional diante da recusa do então *Ministério da Educação e Cultura* (MEC), em atender as reivindicações propostas pelos estudantes. Em artigo sobre a história do trabalho com comunidades no Brasil, naquele momento, Cardoso (1996, p. 19) afirma:

De fato, o período de 1975 a 1985, presenciou a grande proliferação de movimentos sociais urbanos em praticamente todas as capitais e cidades de médio porte no país. Sua resultante é uma nova face da organização social, esculpida na resistência à ditadura e no engendramento da retomada do processo democrático com o chamado governo da nova república.

Na sociedade brasileira, cresceu a consciência dos direitos humanos e dos direitos que possibilitam a realização das pessoas nos planos cultural, social, político, econômico e religioso. A consciência dos direitos individuais vem acompanhada da certeza de que esses somente se conquistam numa perspectiva social e solidária. Assim é que surgem as associações de bairro, os grupos ecológicos, os sindicatos de trabalhadores, os grupos de defesa da mulher e também as entidades estudantis - *Diretórios Centrais, União Estadual, Centros Acadêmicos, Executivas Nacionais* - como órgãos representativos desse setor social. E a UNE deixa de ter caráter unificador dos anseios da população, para ser um órgão de atuação mais específica das escolas.

3.1 História do movimento estudantil de biblioteconomia no Brasil

Tendo como referencial esses nortes teóricos e elegendo o movimento estudantil como categoria social para nossa pesquisa, desenvolvemos junto com o CAB/UFPB, um projeto voltado para o resgate da história do movimento estudantil em biblioteconomia, a partir de sua própria documentação, o *Memo-Biblio*³. O resgate histórico da biblioteconomia impõe-se como prioridade no processo de construção de sua identidade de classe, e nesse processo, o movimento profissional e o movimento estudantil como expressão dos anseios bibliotecários para o desenvolvimento da área, merecem atenção especial, para que esta não venha a ser uma profissão sem memória.

Estes movimentos, representados através das associações de classe profissionais (*Associações Profissionais de Bibliotecários* - APBs; *Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários* - FEBAB, entre outras) e entidades estudantis (diretórios, centros acadêmicos e *Executiva Nacional*) promovem, em seus seminários e congressos, o debate sobre a profissão e a informação na sociedade, produzindo uma vasta documentação que, por refletir uma informação de classe, pode ser convertida num dos

³ Projetos semelhantes foram desenvolvidos, na década de 1980, a exemplo do *Projeto Memória do Movimento Estudantil da Universidade de Brasília* (PROMEMEU) e o *Projeto Sistema de Informação, Documentação e Arquivo do Centro Acadêmico de História da Universidade de Brasília* (SIDOCAH)

instrumentos para o conhecimento do passado. Os ENEBDs, entretanto, único fórum de debates dos estudantes até 1994, quando surgem os *Encontros Regionais de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação* (EREBDs), devido ao seu caráter transitório e improvisado, não têm registrado, sistematicamente, a produção nem os resultados desses eventos. Não obstante a realização de 21 encontros nacionais, datando o primeiro de 1967, são poucas as informações disponíveis. Vale salientar que esses encontros são parte de uma rede de comunicação, em que a troca de informação ocorre tanto por canais formais (quando editado em anais), quanto por canais informais (comunicações de pesquisas, mesas redondas, seminários, cursos etc.) .

A participação dos estudantes nesses eventos proporciona, assim, tanto um pensar coletivo sobre a condição desses em relação à profissão quanto uma aquisição de conhecimento e de informação, que de outra forma, não seria possível, haja vista que poucos produzem documentação formal, limitando-se às exposições dos oradores convidados. Portanto, cientes de que a documentação produzida em reuniões, encontros, seminários e outros eventos, uma vez reunida e organizada, poderá não só revelar a participação discente na evolução da biblioteconomia brasileira, como também subsidiar os atuais atores sociais do movimento estudantil nas tomadas de decisões e encaminhamentos, é que propomos a criação do CEDOC-BIBLIO, com sede no CAB/UFPB, para a guarda permanente dessa documentação. Isto porque tal resgate só é possível com a reunião em local físico determinado, dos conjuntos documentais existentes - relatórios, trabalhos apresentados, atas de reuniões, cartazes, *folders*, projetos, etc.

Num primeiro momento, ultrapassadas as dificuldades geográficas e de comunicação, conseguimos reunir os documentos que estavam com a *Secretaria Nacional de Estudantes*, aos quais se somaram doações de centros acadêmicos e de acervos pessoais, objetivos do *Memo-Biblio*. Essa documentação compõe o acervo - já instituído pelo movimento estudantil - do CEDOC-BIBLIO e se encontra organizada em arquivo de pastas horizontais e classificada por assunto com as classes principais: (1) Centros Acadêmicos; (2) ENEBDs; (3) Executiva Nacional – Reuniões; (4) EREBDs; (5) Hemeroteca; (6) Legislação em Geral; (7) Miscelânea; (8) Multimeios; (9) Produção Acadêmica; (10) Representação Profissional; (11) Secretaria Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia e Documentação; (12) UNE.

4 INSTRUINDO PARA O FUTURO

Do início do projeto, em 1995, até então, várias ações foram desenvolvidas objetivando divulgar o acervo existente, assim como orientar os estudantes envolvidos quanto ao registro de informações necessárias para a preservação da memória desses eventos e entidades. Durante o processo de organização, observamos a dificuldade de os estudantes transformarem sua prática em documentação, e, principalmente, de preservá-la.

As lacunas de informação sobre os encontros nacionais faz perceber o quanto ainda está para ser recuperado e registrado, principalmente, dos primeiros eventos de 1967 a 1986, quando, inclusive, registram-se dois primeiros encontros nacionais. Tal fato decorre do desconhecimento dos organizadores do Encontro de 1972, realizado em São Carlos – São

Paulo, e do *I Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação*, em São Paulo, no ano de 1965, dentro do *V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação* (V CBBBD). Através de um informativo que circulou durante esse congresso, é possível constatar que cerca de 50 estudantes de diversas escolas participaram desse encontro, organizado por uma comissão formada pelas estudantes Célia Maria Braga (Pernambuco), Selma Guedes Miranda (Bahia) e Maria Angélica R. Quemel (São Paulo), relatora do evento.

Entretanto, considerando a conjuntura do País naquele momento, da forte repressão pela ditadura militar aos movimentos populares, é “*natural*” que esse encontro não tenha tido continuidade. Mesmo assim, em 1972, os estudantes retomam esse evento, denominando-o de *I Encontro Brasileiro de Estudantes*, coordenado pelo então *Instituto Nacional do Livro* (INL), com sua organização sob o encargo do *Diretório Acadêmico 18 de Março* da *Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos*. De fato, o resgate dos dados desse *I Encontro* e dos demais, até o VI ENEBD, ocorrido em Belo Horizonte, em 1982, só foi possível através de estudo realizado por Leonel Lamb (1983, p.2), que participou da Comissão Organizadora e da elaboração do documento final do VI ENEBD e que diz: “*Só um trabalho foi apresentado, nenhum dos palestrantes entregou o trabalho sobre o tema de sua palestra e nenhuma ata foi feita.*”

Mesmo tendo sido elaboradas recomendações dos representantes das delegações, segundo Lamb, a forma de encaminhamento desse documento final não foi a mais correta, reflexo da falta de experiência. As recomendações foram enviadas às escolas de biblioteconomia, associações, conselhos e outras entidades de classe, tendo recebido manifestações apenas da *Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação* (ABEBD). Essas dificuldades de organização do movimento foram também expressas durante o 13º ENEBD, em Recife – Pernambuco, quando, entre as considerações dos grupos de estudo, consta uma proposta de realização de curso de planejamento para as entidades estudantis de biblioteconomia, a qual se concretiza, em parte, no 15º ENEBD, em Aracaju - Sergipe, com um curso preparatório para coordenadores e secretários de mesa antes da realização do evento.

Embora com poucos documentos referentes aos 14º, 15º, 16º e 17º ENEBDs, realizados na década de 1990, já sentimos os resultados da ação do CEDOC-BIBLIO, diante da quantidade de documentos reunidos do 11º ao 13º e do 18º ao 21º Encontros, com a ressalva de que, não apenas a quantidade de documentos tem aumentado, mas também a qualidade do registro dessas informações.

Em nosso primeiro relatório do *Projeto Memo-Biblio* (Oliveira,1996), expusemos a necessidade de recuperar não apenas documentos sobre os encontros, mas também, sobre a produção acadêmica e entidades estudantis. Reiteramos a preocupação em busca da identificação dos alunos e profissionais participantes dos encontros, com nome, sobrenome e escola ou entidade que representa, para recuperação futura. Esses esforços parecem válidos, quando observamos os registros dos 19º ao 21º Encontros, que apresentam, além de conjuntos documentais diversos, resultantes da execução do evento, formas inovadoras de registro como álbum fotográfico do evento, incluindo atividades culturais.

O CEDOC-BIBLIO também tem cumprido sua função de instrumentalizar a realização de eventos, ao subsidiar os diretórios e centros acadêmicos responsáveis pelo encontro anual, com cópias de projetos anteriores, regulamentos, material informativo e orçamento, entre outras informações solicitadas.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A seriedade com que os estudantes têm procurado registrar esses eventos faz acreditar que o CEDOC-BIBLIO é um centro referencial para o desenvolvimento e estudo do movimento estudantil em biblioteconomia no Brasil. Ao promover, participar e registrar tais eventos, os estudantes dinamizam não apenas sua própria formação acadêmica e profissional, mas também elevam o envolvimento social e político da categoria profissional. Nesse sentido, a pesquisa *Memo-Biblio, Resgate Histórico do Movimento Estudantil em Biblioteconomia* constitui instrumento educativo e informacional ao resgatar documentos que irão contar a história das conquistas e evolução ocorridas ao longo dos anos.

As informações que constituem o acervo do CEDOC-BIBLIO, ao receberem tratamento técnico e serem disseminadas, oportunizam não só a pesquisa na graduação e pós-graduação, mas também a preparação de ações futuras. Um exemplo são as consultas solicitadas pelos últimos organizadores de ENEBDs aos projetos de encontros anteriores, *folders*, tabelas de temas e regimentos, ou ainda, como espaço de aplicação prática da disciplina *Técnicas de Arquivo do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFPB*.

Assim, face à necessidade de auxiliar a história e manter a memória dos estudantes e da profissão de bibliotecário, recomendamos:

- ❖ a constituição de uma equipe ou grupo interdisciplinar de pesquisa, vinculada ao CAB/ UFPB, para operacionalizar as ações necessárias ao desenvolvimento dos serviços do CEDOC-BIBLIO, quais sejam:
 - manutenção do tratamento técnico dos conjuntos documentais;
 - infra-estrutura adequada (espaço físico, material de consumo e equipamentos) para funcionamento permanente;
 - elaboração de projetos de pesquisas para instituições de fomento, objetivando aprofundar a história do movimento estudantil, através dos conjuntos documentais existentes, ou ainda para recuperar informações não disponíveis;
- ❖ às comissões organizadoras de encontros regionais e nacionais ou outros eventos organizados por estudantes que registrem as informações e preservem os documentos decorrentes desses eventos (*folders*, cartazes, projetos, listas de escolas representadas, listas de inscrites, atas, relatórios, trabalhos apresentados, orçamento e prestação de contas, entre outros) e que os enviem ao CEDOC-BIBLIO, para que sejam tratados e incorporados ao acervo;

- ❖ à *Executiva Nacional dos Estudantes* e/ou ao CEDOC-BIBLIO que elabore circular para distribuição entre as escolas de biblioteconomia e entidades profissionais, divulgando a existência desse Centro e solicitando colaborações úteis à construção dessa história;
- ❖ aos representantes de centros ou diretórios acadêmicos que se instruem sobre os processos de registro, preservação e disseminação de suas ações, e que os documentos respectivos sejam enviados ao CEDOC-BIBLIO;
- ❖ a criação de um informativo, como veículo de divulgação do CEDOC-BIBLIO;
- ❖ campanhas permanentes para reconstituição de fundos documentais.

Abstract

The aim of this article is to describe a research project that reconstructs the History of the Library Science Students' Movement in Brazil based on its own documentation and the setting up in the Academic Centre for Library Science at the UFPB of the CEDOC-BIBLIO for the preservation, treatment and dissemination of the documentation concentrated in this centre.

Keywords

***STUDENT MOVEMENT – BRAZIL
LIBRARY SCIENCE
DOCUMENTARY MEMORY***

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATH, Rachel Joffily *et al.* A necessidade de uma fertilização mútua entre os campos da documentação acadêmica e alternativa. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.6, n.1, p.23-44, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987. 402p.

CAMPELLO, Bernadete S., CAMPOS, Carlita M. *Fontes de informação especializada: características e utilização*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 143p.

CARDOSO, A. M. P. Trabalho com comunidades no Brasil: uma interpretação baseada na história. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.6, n.1, p.13-22, 1996.

CASTRO, César A., RIBEIRO, M. S. P. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.17-27, jan./abr., 1997.

COMISSÃO EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DA EDUCAÇÃO CRISTÃ.

Definição e conteúdo da documentação popular. In: TREINAMENTO DO SEDIPO/CNBB-NE II, 1., Recife, 12-16 de março 1984. 12p. (Digitado).

ESTUDANTES de Biblioteconomia discutem problemas comuns. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5., São Paulo, 1967. **Informativo...** São Paulo: 1967. p.8.

JOVEM, esse eterno fazedor de história. *São Paulo Interior*, [s. l], n.12, p.68-72, jan.1986.

LAMB, Leonel Oscar. **Revisão dos encontros nacionais de estudantes de biblioteconomia e documentação - ENEBD:** 1972-1982. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7., Salvador, 1983. Salvador: 1983. 6p. (Digitado).

LOJKINE, Jean . **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995. 316p.

MORALEZ, Estela. Sociedade e Informação. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG.*, v.21, n.1, p.7-18, 1992.

MOSTAFA, Solange Puntel. Filosofando sobre a área de informação. In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, Londrina, 1996. **Anais...** Londrina: UEL, 1996. p.31-45.

OLIVEIRA, Jemima M. (Coord.) **Projeto MEMO-BIBLIO:** relatório Nº1. João Pessoa: UFPB/CCSA/DBD/CAB, 1996.

QUEZADA JÉLVEZ, J.A. Grêmio estudantil: a força (enfraquecida) do estudante. *Revista de Educação AEC*, Brasília, v.19, n.74, p.39-41, jan./mar.1990.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio . Revolução informacional: pontos de vista para o debate sobre a sociedade da informação. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.32-42, jan./abr. 1997.

SMITH, Johanna. **O que é documentação?** São Paulo: Brasiliense, 1986. 83p. (Coleção Primeiros Passos, 174)

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade.** Florianópolis: UFSC, 1993.102p.